



PRÊMIO FIESP/CIESP DE CONSERVAÇÃO E REÚSO DE ÁGUA

Em 15 anos de história, o Prêmio Fiesp/Ciesp de Conservação e Reúso de Água homenageia as empresas que colocam em prática soluções transformadoras na promoção do uso eficiente da água. A ideia é reconhecer medidas efetivas na redução do consumo e que previnam o desperdício desse bem, o que gera benefícios ambientais, econômicos e sociais.

Ao longo dessas edições, 320 projetos foram apresentados pelas indústrias paulistas, o que representa uma economia de aproximadamente 134 milhões de m³ de água por ano e mais de R\$ 890 milhões em investimentos em projetos que objetivam a redução do uso e conservação do recurso natural.

Pela primeira vez, a cerimônia de premiação foi realizada em formato virtual em razão das ações do distanciamento social em virtude da Covid-19. Na solenidade, os nomes das empresas vencedoras e os detalhes dos projetos premiados foram anunciados. Conheça os vencedores!

págs. 03 e 04

Destaques dessa edição

Programa Águas Brasileiras

pág. 02

Os rumos da COP 26 e as Ações setoriais para mitigação das Mudanças Climáticas

pág. 06

A Gestão Ambiental nos municípios

pág. 11

O futuro dos carros elétricos no Brasil

pág. 13



DESTAQUES

pág. 18



NO RADAR

pág. 20



DIPLOMAS RECENTES

pág. 23



AGENDA

pág. 27

ACONTECEU

NA SEMANA DO DIA MUNDIAL DA ÁGUA, FIESP E CIESP PROMOVEM DEBATE SOBRE O PROGRAMA ÁGUAS BRASILEIRAS DO GOVERNO FEDERAL

O Programa Águas Brasileiras, iniciativa dos Ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi tema central de debate promovido no dia 24/03 pela Fiesp, um evento que integrou a semana em que se comemora o Dia Mundial da Água. O objetivo foi discutir o uso racional da água e apresentar novos pontos de vista que consideram o uso inteligente desse recurso e seus impactos na sociedade.

Nelson Pereira dos Reis, diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), disse, na abertura, que há quase duas décadas a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) realizam, anualmente, eventos alusivos à temática dos recursos hídricos, por reconhecer a importância estratégica que este insumo básico tem para todas as atividades produtivas, mas, especialmente, por se tratar de uma questão de saúde pública e bem-estar social.



Nelson Pereira dos Reis, diretor-titular do DDS

Como fato relevante, Reis citou a aprovação pelo Congresso Nacional, do novo Marco Legal do Saneamento Básico – a Lei n. 14.026/2020 e, em especial, a votação por ampla maioria pela manutenção ao veto presidencial do artigo 16, que tratava da possibilidade dos contratos de programa serem renovados por mais 30 anos, sem a realização de concorrência.

“O novo marco deverá garantir a segurança jurídica necessária para se criar condições e estímulos à atração de investimentos privados e geração de empregos”,

afirmou o diretor de DDS e ainda lembrando, “o nosso mantra é: a água é a nossa maior questão ambiental”.

Verônica Sánchez Cruz Rios, especialista de políticas públicas e gestão governamental do Ministério de Desenvolvimento Regional, apresentou o **Programa Águas Brasileiras**, que têm por objetivo impulsionar projetos para revitalização de bacias hidrográficas, em parceria com organizações e empresas que desejem apoiar estas iniciativas.

O programa é uma agenda coordenada envolvendo cinco ministérios, com foco em inovação, pagamento por serviços ambientais, preservação de ecossistemas, agricultura irrigada, uso do solo, gestão, governança e *compliance*. Nesse sentido a prioridade é a gestão integrada de recursos hídricos, conservação do meio ambiente e da água em prol do bem-estar da sociedade, explicou a especialista.

As práticas sustentáveis e de baixo carbono podem gerar um crescimento significativo do Produto Interno Bruto, com ganho total acumulado de R\$ 2,8 trilhões até 2030, em relação a dados atuais. A restauração de áreas degradadas pode trazer retorno econômico estimado em uma média de US\$ 1.140/hectare com atividade para o incremento na produção agrícola, venda de produtos florestais e não florestais, redução de custos advindos da falta de água e da insegurança alimentar, além do acesso ao mercado de finanças sustentáveis/verdes.

“Estamos trabalhando com quatro bacias prioritárias: São Francisco e sua área estendida, Araguaia-Tocantins, Taquari e Parnaíba, em função de fatores socioeconômicos dos habitantes dessas regiões, onde moram 24% da população brasileira”, lembrou, acrescentando a disparidade existente: o país concentra 12% da água potável mundial, mas distribuída de forma desigual no território, mais de 80% na Região Norte, e 3% no semiárido nordestino, que, nos últimos, teve acesso à água por meio de adutoras, transposição de bacias hidrográficas e barragens, segundo a expositora.

Os efeitos positivos de revitalizar uma determinada área, dentro de uma propriedade privada, é que eles não ficam restritos àquela propriedade, mas se estendem a todos os afluentes dos rios principais e a toda a bacia hidrográfica da região e, eventualmente, acontece uma recarga de aquíferos”, conclui Rios, em sua exposição.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp



Confira nossas ações!

Tema Recursos Hídricos

O DDS tem atuação direta em temáticas envolvendo Gestão de bacias hidrográficas, outorga de direitos de uso de águas superficiais e subterrâneas, cobrança pelo uso de água, tratamento e lançamento de efluentes industriais, conservação e reúso de água e efluentes. [Leia mais.](#)

ACONTECEU



FIESP E CIESP DIVULGAM OS GANHADORES DO 15º PRÊMIO DE CONSERVAÇÃO E REUSO DE ÁGUA

Pela primeira vez, a cerimônia de premiação foi realizada em formato virtual, em razão do distanciamento social, estratégia que integra as ações de enfrentamento à pandemia de Covid-19.



Em 15 anos de história, o Prêmio Fiesp/Ciesp de Conservação e Reuso de Água reconhece e homenageia as empresas que colocam em prática soluções transformadoras na promoção do uso eficiente da água. Em 2020, 29 iniciativas foram recebidas pela comissão organizadora do Prêmio, que, em razão da pandemia do novo coronavírus, postergou a cerimônia para este ano. Na tarde do dia 25/03, transmitida pelo canal do Youtube da Fiesp, a solenidade ocorrida em formato virtual revelou as empresas vencedoras e os detalhes dos projetos premiados.

Assim como nos anos anteriores, as empresas se inscreveram em duas categorias: Grande Porte (destinado a empresas de Médio e Grande Porte) e Pequeno Porte (destinado às micro e pequenas empresas) e apresentaram os projetos implantados em suas respectivas plantas instaladas no Estado de São Paulo. Nesta edição, startups que tenham desenvolvido tecnologias voltadas à conservação e ao reúso de água também puderam participar.

Nelson Pereira dos Reis, diretor-titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e do Ciesp reforçou a importância do reconhecimento das ações implementadas pelo setor produtivo e o impacto positivo para toda sociedade.

“Os níveis dos reservatórios são os mais baixos dos últimos anos e esses esforços das empresas têm que ser reconhecidos, pois tem um impacto positivo e importante em todo o sistema”, afirmou.

Para ele, a melhor forma de demonstrar como o setor industrial cuida das águas, é conhecer as boas práticas de uso racional já implantadas pelas empresas, que certamente trazem reflexos benéficos para a segurança hídrica das regiões onde elas se encontram.

“Neste aspecto, cabe lembrar que a Fiesp e o Ciesp atuam diariamente de forma conjunta com as indústrias em mais de 120 representações do setor, nos diferentes fóruns de discussão ligados aos recursos hídricos, no

âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas e respectivos Conselhos Estadual e Nacional. “Por meio do Prêmio de Conservação e Reuso de Água, fomentamos há mais de uma década e meia a conscientização do setor industrial sobre a importância e a necessidade da implantação de ações de conservação e reúso de água em seus processos”, afirmou Reis.

CONHEÇA AS VENCEDORAS DO PRÊMIO ÁGUA 2020

GRANDE PORTE: Empresa Robert Bosch
Projeto: Autossuficiência no Abastecimento de Água Industrial



Vencedora na categoria Grande Porte, a Bosch foi a premiada por provar seu comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), tanto no que se refere aos seus processos produtivos e ao ambiente de trabalho, quanto ao desenvolvimento de produtos e serviços que contribuem para melhorar a vida das pessoas. O objetivo do projeto apresentado pela empresa, foi criar condições para tornar o site da Bosch Campinas auto suficiente na geração de água industrial para abastecer seus processos internos e garantir, desta forma, que a água de boa qualidade fornecida pelas concessionárias seja utilizada apenas para fins de potabilidade.

A unidade da Bosch de Campinas/SP alcançou a autonomia no abastecimento de água para os processos industriais por meio de um plano de gestão da água. A empresa investiu em infraestrutura, equipamentos e treinamento visando reduzir o consumo deste recurso natural nos processos produtivos, na área de utilidades e nas instalações sanitárias da planta. Em paralelo, sistemas de reciclagem recuperam parte do efluente que antes era descartado no meio ambiente para reabastecer seus processos.

Bernard Schaefer, engenheiro químico e representante da Robert Bosch, reforçou que a disponibilidade de água

ACONTECEU

é menor onde a maior parte da população brasileira se encontra, criando regiões de alto risco de escassez. “Quando analisamos a região hidrográfica do Rio Paraná e do Rio Grande, aqui em São Paulo, onde a Bosch está situada, vemos que 50% do consumo de água é destinado à indústria e abastecimento residencial. Nós temos um compromisso com o meio ambiente e trabalhamos por um futuro sustentável, então nosso projeto reduziu o consumo de água e contribuiu para uma melhor disponibilidade desse recurso para os demais consumidores da nossa região”, concluiu, durante a live, no momento em que foi revelado como vencedor.

[Acesse aqui o case da Robert Bosch](#)

PEQUENO PORTE – Empresa ADN Bio Projeto: Água livre de óleo



A empresa ADN Biodiesel, fundada em 2009, está localizada em Agudos/SP. A unidade surgiu como derivação de um projeto de especialização da Universidade Estadual Paulista (Unesp) na área de logística empresarial, que teve como foco o desenvolvimento da Logística Reversa para o tratamento de óleos e transformação destes em novos produtos para atender ao setor industrial, sucroalcooleiro e da construção civil.

Água livre de Óleo é um projeto que visa à conscientização, a preservação e a reeducação sobre a poluição da água. No período de um ano, as iniciativas de conscientização e recolhimento consciente de óleo nas cidades gerou uma coleta de 170 mil litros do produto. As ações executadas durante o projeto impediram que 4 trilhões de litros de água fossem contaminadas pelo óleo. A iniciativa teve como base 86 escolas, distribuídas em 17 cidades do interior paulista. Cerca de 30 mil alunos foram impactados diretamente pelo projeto.

Adriana Machado, representante da ADN Bio, explicou que, no Brasil, são consumidos, em média, 9 bilhões de

litros de óleo de cozinha por ano, e, para se ter uma ideia, apenas um litro desse óleo contamina 25 mil litros de água. “Pensando nisso, fizemos um projeto envolvendo escolas, com foco na educação ambiental dos alunos, a capacitação dos professores e uma solução de coleta”, disse, afirmando estar muito feliz pelo projeto ter sido premiado pelo fato dele envolver escolas, a comunidade, os alunos e os professores. “E este prêmio é da ADN, mas também pertence a todos que nos ajudaram a desenvolver esse projeto. Já estamos pensando em um novo projeto para o ano que vem para incentivar a nossa comunidade a preservar o nosso bem maior: a nossa água”, afirmou a representante da ADN.

Acesse o case da ADN Bio, clique no link:

<https://bityli.com/ARmvC>



MENÇÕES HONROSAS

Receberam Menções Honrosas frente aos projetos apresentados:

CATEGORIA GRANDE PORTE

General Motors do Brasil – Projeto Redução do Consumo de Água Potável no Processo de Pintura Automotiva

[Acesse o case da GM](#)

Pepsico do Brasil – Projeto Reúso Direto de Água (MBR)

[Acesse o case da Pepsico](#)

Química Amparo – Projeto Valorização da Água de Reúso no Site de Amparo

[Acesse o case da Ypê – Química Amparo](#)

Seara Alimentos – Projeto Redução de Consumo de Água

[Acesse o case da Seara](#)

CATEGORIA PEQUENO PORTE

Metalúrgica Inca – Projeto Utilização de Água do Ar Condicionado nas Áreas: Ferramentaria, Centros de Usinagens e Montagem Automática.

[Acesse o case da Inca](#)

Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp

Clique [aqui](#), acesse o hot site do Prêmio Água, e conheça todos os cases vencedores dos anos anteriores.



ACONTECEU

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO REVELA OS VENCEDORES DO PRÊMIO ANA 2020



No Dia Mundial da Água (22/03), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) revelou os oito trabalhos vencedores do Prêmio ANA 2020 categorias: Comunicação, Educação, Empresas de Médio e de Grande Porte, Empresas de Micro ou de Pequeno Porte,

Criado há 14 anos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico para reconhecer as melhores práticas e iniciativas voltadas ao cuidado das águas do Brasil, o Prêmio ANA é a mais tradicional premiação do setor de águas do Brasil e já contabilizou 2.952 trabalhos inscritos, tendo premiado 40 projetos de todas as regiões do Brasil, que se destacaram pela sua contribuição ao desenvolvimento do País.

Nesta edição do Prêmio ANA, pela primeira vez a solenidade foi realizada sem a presença dos representantes dos trabalhos concorrentes, devido ao agravamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Entre 22 e 25 de fevereiro, aconteceu a Semana de Apresentações dos Finalistas do Prêmio ANA 2020, quando os 24 projetos finalistas do Prêmio puderam dar maior visibilidade para seus trabalhos para que eles possam ser replicados pelo Brasil – sentido maior que move a premiação. As apresentações foram realizadas em *lives*, pelo canal da ANA no YouTube.

O Prêmio ANA 2020 fez história com o recorde de 695 inscrições de todos os estados do Brasil e do Distrito Federal, mesmo num contexto de pandemia. O total supera a marca anterior registrada no Prêmio ANA 2017, quando 607 boas práticas participaram. Nesta edição histórica da premiação, que encerra a celebração dos 20 anos da Agência, a categoria com maior número de iniciativas inscritas foi Pesquisa e Inovação Tecnológica: 157 no total.

Para as demais categorias as inscrições ficaram divididas em: Comunicação (129), Governo (102), Empresas de Médio e de Grande Porte (86), Educação (59), Organizações Cívicas (66), Empresas de Micro ou de Pequeno Porte (59) e Entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (37).

Coube à Comissão Julgadora, presidida pelo diretor da ANA Oscar Cordeiro Netto, definir os três finalistas de cada categoria, com base nos seguintes critérios:

efetividade, inovação, impactos social e ambiental, potencial de difusão, sustentabilidade e adesão social.

Para a categoria Comunicação, o critério de sustentabilidade não foi aplicável.

Os demais integrantes da Comissão Julgadora foram selecionados com base em seu notório saber e reputação ilibada, com destaque para a participação da gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Anicia Pio.

CONHEÇA OS VENCEDORES POR CATEGORIA

- **Comunicação:** Projeto Vidas Secas no País das águas – Sériede reportagens - Luiz Claudio Ferreira, da empresa Brasil de Comunicação – EBC).
- **Educação:** Água Limpa para os Curumins do Tracajá (Valter Pereira de Menezes, da Escola Municipal Luiz Gonzaga, no Amazonas).
- **Empresas de Médio e de Grande Porte:** Projeto Gestão de Água 360° da Whirlpool Latin América (Whirlpool, representada por Cristiano Felix).
- **Empresas de Micro ou de Pequeno Porte:** Projeto Reciclagem a seco de embalagens plásticas contaminada (Eco Panplas, representada por Felipe Cardoso).
- **Entes do SINGREH:** Campanha em Defesa do Rio São Francisco (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco através de sua Entidade Delegatária Agência Peixe Vivo, representado por Anivaldo Miranda Pinto).
- **Governo:** Projeto Implementação de tecnologias sociais e educação ambiental em comunidades do alto pantanal mato-grossense (instituto nacional de colonização e reforma agrária – INCRA, representado por Samir Curi).
- **Organizações Cívicas:** Projeto Identificação, proteção e recuperação de nascentes na região oeste da bahia (Associação Baiana dos Produtores de Algodão – ABAPA, representada por Lidervan Mota Moraes).
- **Pesquisa e Inovação Tecnológica:** Projeto Gestão de alto nível dos recursos hídricos (Felipe de Azevedo Marques, da Fundação Universidade Federal do Tocantins).

Nesta edição do Prêmio, os ganhadores poderão utilizar pela primeira vez o Selo Prêmio ANA, que atesta a qualidade do trabalho premiado.

Conheça os projetos finalistas, acesse o [link](#)

Acesse a matéria na íntegra, clique [aqui](#)

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)

ACONTECEU

NA FIESP, ESPECIALISTAS DEBATEM RUMOS DA PRÓXIMA CONFERÊNCIA DO CLIMA, A COP 26

Expectativa para a COP 26 gira em torno da regulamentação do artigo 6 do Acordo de Paris, referente a mecanismos de mercado



Fiesp protagonizou debate sobre Mudança do Clima e expectativa para a COP26

O Acordo de Paris, firmado no final da 21ª Conferência das Partes (COP21), realizada em Paris, no fim de 2015, representa o compromisso assumido pelas 195 nações signatárias diante da ameaça global da mudança do clima. Trata-se de um esforço a fim de manter o aquecimento global abaixo da meta dos 2 graus Celsius ao longo deste século. Em novembro de 2021, ocorrerá a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas-COP26 em Glasgow, na Escócia, próxima etapa dos debates. Para compreender mais esse tema e o que esperar da próxima COP, a Fiesp protagonizou o webinar “Acordo de Paris” em 23/2/21.

Na abertura, Eduardo San Martin, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, frisou que, desde o final do ano, o tema ganhou mais espaço em função da eleição de Joe Biden na campanha presidencial dos Estados Unidos. Biden reinseriu os EUA no Acordo de Paris, que havia sido retirado pelo seu antecessor Donald Trump.

Nelson Pereira dos Reis, diretor-titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e do Ciesp, lembrou que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo está engajada na agenda de Mudança do Clima desde 2009, participando dos debates junto aos poderes executivo Federal, Estadual e Municipal, bem como dos fóruns junto às demais entidades industriais, tornando público seus posicionamentos técnicos, tanto no âmbito doméstico como internacional, ao compor oficialmente as delegações brasileiras nas Conferências do Clima.

“Em 2015, a Fiesp enviou contribuições em relação à proposta brasileira para a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Acordo de Paris, baseadas nos seguintes aspectos: ser legalmente vinculante; estar baseada no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas; objetivar a garantia da competitividade da indústria e do agronegócio; e fomentar o crescimento econômico e o desenvolvimento

social”, contextualizou.

Reis citou, ainda, um estudo da indústria, publicado em 2017 e ainda atual, Avaliação dos Reflexos das Metas de redução de emissões sobre a Economia e a Indústria Brasileira, considerando todos os setores da economia de forma agregada e globalizada, para subsidiar os setores produtivos na transição para uma economia de baixo carbono. “Os resultados nos permitiram embasar as discussões sobre a criação de mecanismos de mercado de carbono como forma de promover a redução de emissões custo-efetivas, ressaltando nosso posicionamento em relação à questão de criação de taxas sobre a emissão de carbono, que consideramos inaceitável”, disse o diretor.

Quanto à COP 26, que será realizada em Glasgow, Escócia, em novembro deste ano, ela “será de extrema importância, considerando a regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, que trata de mecanismos de mercado, e deverá estar no centro dos debates desta Conferência. Neste sentido, será fundamental termos transparência nas negociações governamentais e o necessário envolvimento e participação dos setores econômicos, para evitar restrições arbitrárias e injustificadas ao comércio e garantir nossa competitividade.

Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior (Coscecx) da Fiesp, frisou a importância do Acordo, especialmente do ponto de vista dos interesses concretos do Brasil, nas áreas comercial, financeira e ambiental. A Amazônia se tornou tema e foco de tensão global, referindo-se ao último Acordo e a controvérsia promovida pelos EUA. “Este [Acordo de Paris] é mais um dos acordos internacionais assumidos pelo Brasil desde 1992 e está no capítulo de Desenvolvimento Sustentável do Acordo Mercosul-União Europeia”, enfatizou o embaixador. Em sua opinião, com a volta dos EUA ao Acordo haverá outro ‘peso’. Um dos pontos centrais é o Artigo 6 que enfoca instrumentos de mercado e que são oportunidades para a Amazônia, segundo opinou. Na COP26 também será debatida a meta brasileira e “há uma agenda intensa a ser promovida”, avaliou Barbosa.

O tema Acordo de Paris, sua estrutura, objetivos e a COP26/Glasgow foi tratada por Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador-titular no Instituto Tecnológico Vale (ITV MI), pesquisador-visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) e ex-presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), uma das maiores autoridades do tema no país.

O pesquisador fez uma exposição científica da mudança climática, com direito a crítica aos pesquisadores que

ACONTECEU

negam o aumento da temperatura no planeta Terra e o aquecimento global, lembrando dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) que apresentou as curvas alteradas do clima e vários cenários com os quais precisaremos lidar. Ele frisou a ação do homem – antrópica – na concentração de gás carbônico na atmosfera em contraponto à diminuição da quantidade de oxigênio.

Entre os objetivos do Acordo de Paris, limitar o aumento de temperatura a 2 ou 1,5 graus Celsius em 2100; a declaração do que cada país pretende fazer (NDCs); permissão do comércio de emissões (crédito de carbono); além de outros objetivos globais que devem ser tratados especialmente na COP26.

Meira Filho explicou que o Acordo de Paris se diferencia do Protocolo de Kyoto porque os países determinam as suas metas, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que deixam de ter o peso antes imposto aos países mais desenvolvidos. Assim, o custo dos danos deve ser coberto por todos os países, na proporção de suas contribuições que levaram à mudança do clima, considerando-se sua responsabilidade objetiva.

O cientista também tratou da mitigação, esforço para diminuir as emissões, e do comércio de emissões, baseado no fato de que há diferenças no custo marginal de redução de emissões, o que permite que as reduções ocorram onde seu custo marginal é menor, com ganho para todos.

O Compromisso Brasileiro Firmado Junto ao Acordo de Paris: desdobramentos e importância da COP26/Glasgow foi tema para Leonardo Cleaver de Athayde, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério de Relações Exteriores (MRE). Ele também tratou do mercado de carbono – em evidência – da regulamentação do Artigo 6 na COP26, e detalhou a NDC brasileira revisada e apresentada em 8/12/2020, na Convenção Quadro.

Já “Os diplomatas precisam ouvir a sociedade brasileira e o setor privado nessas discussões, apesar de serem os governos que negociem, mas a implementação, para ser bem-sucedida, necessita do engajamento deles”, afirmou.

“Desde 1992 (Rio 92) há clareza que os países têm contribuído de forma diferenciada, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, pontuou. Há concentração de responsabilidade nos países mais industrializados e expectativa de que auxiliem aqueles que estão em desenvolvimento. “Há um conflito distributivo, uma insistência da parte de países poderosos de erodir esse conceito, minimizando sua parcela. O Protocolo de Kyoto estabelecia para os países do Anexo 1 – desenvolvidos – metas definidas. Isso fracassou, os países se retiraram e foi preciso estabelecer outro formato, que é o Acordo de Paris, com as NDCs de cada país-membro”, contextualizou.

Em sua avaliação, desde 2015 o Brasil apresentou seus compromissos além do que lhe era exigido, com meta de redução absoluta para a economia como um todo, o que não era obrigatório, e permanece, mesmo revisada, como uma das mais ambiciosas do mundo. Nas metas de mitigação obrigatória para 2030, o Brasil as antecipou para 2025 e reafirmou sua redução para o patamar de 37%, e 43% para 2030, em sua NDC, e neutralidade climática em 2060.

Na NDC, o Brasil mexeu com as linhas de base para verificar/medir o cumprimento das metas. O inventário muda de acordo com a comunicação apresentada, com dados sob os cuidados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que aprimora os cálculos de emissões de acordo com linhas do IPCC, segundo informou o representante do MRE. “É o método seguro de assegurar o cumprimento da meta”, avaliou o expositor, que concluiu: “Há diabos e demônios por trás de cada negociação técnica”, mas ele espera que saiam mecanismos bons para o Brasil, o setor privado e a indústria brasileira na COP26.

Acesse a apresentação de Luiz Gylvan Meira Filho, clique no [link](#).



Faça o download [aqui](#)

Conheça o estudo da FIESP “Avaliação dos Reflexos das Metas de Redução de Emissões sobre a Economia e a Indústria Brasileira”.

Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp

INDÚSTRIA



**CORONA
VIRUS**



Em meio à crise atual causada pela Covid-19, Fiesp, Ciesp, Sesi, Senai e IRS estão empreendendo esforços para ajudar nosso país, nossas empresas e toda a sociedade a atravessarem da melhor maneira possível este período difícil. Neste portal, estão reunidas suas principais ações e notícias nesse sentido. Acesse [aqui](#).

ACONTECEU

CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE DA FIESP DEBATE AÇÕES SETORIAIS PARA MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Energia e agropecuária, setores em foco na estratégia de redução de emissões de GEE, estarão no radar para a COP26

O Acordo de Paris – ações setoriais para mitigação das Mudanças Climáticas foi tema central de debate, no dia 22/3, na reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp, em face da próxima COP 26, em Glasgow, na Escócia, em novembro deste ano.

Eduardo San Martin, presidente do Cosema, enfatizou a necessidade de se avaliar a situação real de cada setor, objetivando fomentar políticas públicas que resultem na implementação de ações custo-efetivas pelos segmentos que respondem pelas maiores emissões.

A relevância do tema em foco se dá, também, em função dos eventos climáticos extremos – secas, inundações, ciclones – que afetam toda a sociedade e o setor produtivo, que afetam a oferta de insumos e matérias-primas, colocando em risco a saúde e a segurança alimentar. O alerta foi feito por Nelson Pereira dos Reis, diretor-titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e do Ciesp.

Segundo informou, estudo do Banco Itaú (2017) indica que os prejuízos decorrentes desses eventos extremos atingiram, no Brasil, de 2002 a 2012, a casa dos R\$ 355,6 bilhões, o que demonstra a urgência para se reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), de forma responsável e estruturada.

Reis frisou que o cerne da COP 26 será o Artigo 6º do Acordo de Paris, ou seja, o novo mecanismo de desenvolvimento sustentável deve nortear forte debate entre governo e iniciativa privada “a fim de atingirmos a neutralidade do carbono, nos termos da proposta apresentada pelo Brasil na sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). Também devem ser avaliadas as oportunidades setoriais, custo-efetivas, e aquelas que já se encontram implantadas por diversos segmentos, considerando a matriz energética nacional, mas esse processo requer investimentos e linhas de financiamento para pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, para termos uma transição segura preservando a nossa competitividade” avaliou.

Marcio Rojas, coordenador geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), explicou que o Inventário Nacional baseia-se em dados estatísticos e fatores de emissão, apoiados em ciência – com a Rede Clima e 17 subredes – e guidelines do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2006.

“Nessa 4ª Comunicação, foram obedecidos todos os guidelines de 2006, a fim de se obter melhoria contínua, levando-se em conta comparabilidade, consistência, transparência, acurácia e completude”, observou.



Marcio Rojas, coordenador geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), detalhou a 4ª Comunicação Nacional

No 4º Inventário Nacional, que se inicia em 1990 e prossegue até 2016, a curva de emissões tem um pico em 2004, cai até 2010-2012, mantém-se estável desde então, com leve tendência de aumento, mas em 2016 contabilizou emissão menor do que 1990, com inflexão da curva, “o que é motivo de orgulho diante de outros países”, afirmou. O setor de uso da terra foi o que mais ajudou nessa variação : em 2016, 1/3 das emissões se encontrava no uso da terra (27,1%), 1/3 na energia (28,9%); 1/3 na agropecuária (33,2%), e 1/3 devido a resíduos (4,5%) e processos industriais (6,4%).

Brasil se “aquece” mais rapidamente

Segundo revelou Rojas, no Brasil, a cada década a temperatura sobe meio grau Celsius. O resultado, com o nível de aquecimento médio global de 4°C será o incremento de aproximadamente 4,5°C nas médias; aumento substancial de máximas extremas no Brasil; precipitação: redução de chuvas anuais na região Norte e leste do Nordeste (verão), e no norte da Amazônia e região Nordeste (inverno); aumento de eventos extremos de chuva nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (verão), e noroeste da Amazônia e faixa sul do Brasil (inverno), com consequente desertificação e savanização em algumas áreas.

Para finalizar, ele tratou das medidas para mitigação e adaptação, o que inclui políticas públicas, como Código Florestal, Fundo Verde do Clima (GCF), Plano ABC da Agricultura de baixo carbono, Fundo Amazônia Legal, Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio), Plano Nacional de Adaptação (PNA), e das iniciativas de conscientização e necessidades tecnológicas, financeiras e de capacitação para se alcançar os objetivos da Convenção do Clima.;

ACONTECEU

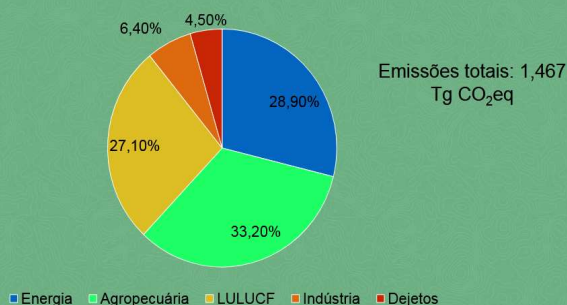
A agropecuária brasileira no radar da COP26

As Contribuições da Agropecuária no Contexto do Acordo de Paris foi tema para Rodrigo Lima, diretor da Agroicone, para quem é preciso avançar para que os setores e a sociedade consigam viver com essas mudanças. Assim, ele tratou das ações de agropecuária e o uso da terra na NDC, como zerar o desmatamento até 2030; compensar emissões do desmatamento legal; promover o manejo florestal sustentável; implementar o Código Florestal; restaurar 12 milhões de hectares de florestas para usos múltiplos; aprimorar o Plano ABC; restaurar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; incentivar 5 milhões de hectares de Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF); mais 18% de biocombustíveis na matriz energética.

Ao tratar da importância do uso da terra, frisou a meta de redução de desmatamento na Amazônia: em 2020, seria de 3.925 km², em função do compromisso voluntário, mas chegou a 11 mil km² agora, não cumprido, portanto, como explicou Lima. No cerrado, no entanto, a meta foi cumprida: era de desmatamento máximo de 7.340 km² e ficou em 6.483 km².

Para reduzir as emissões, deve-se olhar para os ganhos de produtividade e melhorias de manejo, ações que favoreçam a adaptação dos sistemas produtivos (resiliência), e práticas que levem à redução de emissões de GEE. Segundo ele, há oportunidades de recuperação de pastagens degradadas, em parte com crédito público, atrelado à conexão do crédito privado que precisa ser maior. “A degradação não é boa, cai a produtividade, aumentam as emissões, elevam-se os riscos”, exemplificou, dando ênfase ao programa *Sustainable Agriculture Finance Facility*.

EMISSIONES POR SETOR NO BRASIL EM 2016



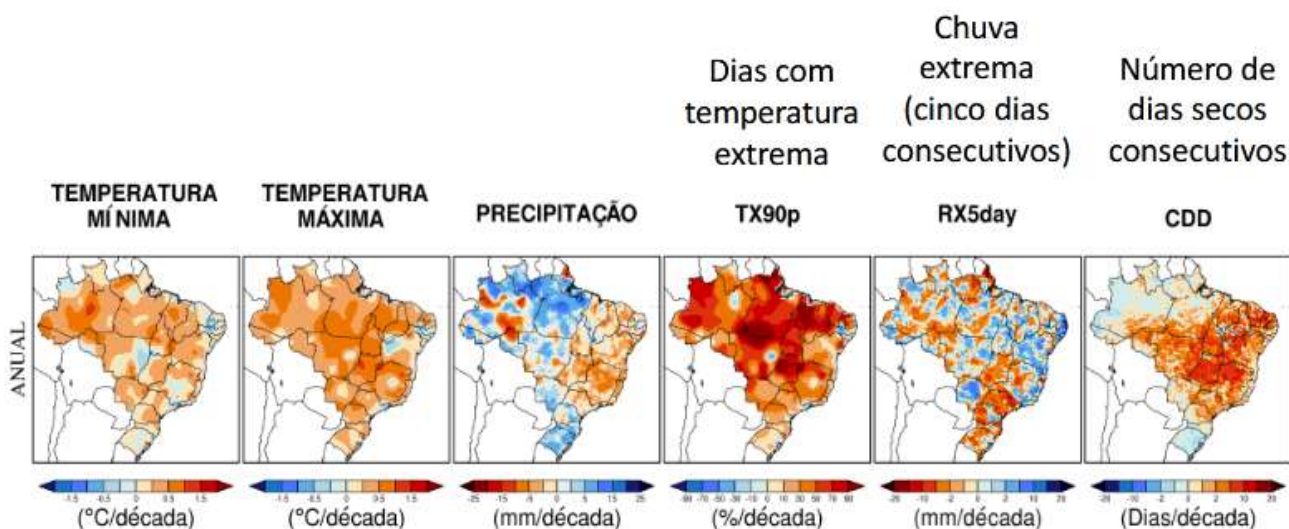
Fonte: 4º Inventário Nacional de Emissões e Remoções.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está revisando o ABC para aprovar a fase 2021-2030, com novas tecnologias e práticas produtivas a serem incorporadas, contribuindo com o desenvolvimento e a política de promoção da agropecuária resiliente, analisou Rodrigo Lima, que avisou: “Na medida em que o Brasil acabe com o desmatamento ilegal, energia e agropecuária despontarão como setores em foco.

O Setor Energético sob a Influência das Mudanças Climáticas Globais, com Giovani Machado, diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, integrou a terceira parte do debate.

O setor energético do Brasil tem significativa participação de renováveis: 46,1% da matriz, em 2019, composta de biomassa da cana (18%), hidráulica (12,5%), lenha e carvão vegetal (8,7%) e outras renováveis (7%), de acordo com sua apresentação.

Mudanças observadas entre 1980 e 2018

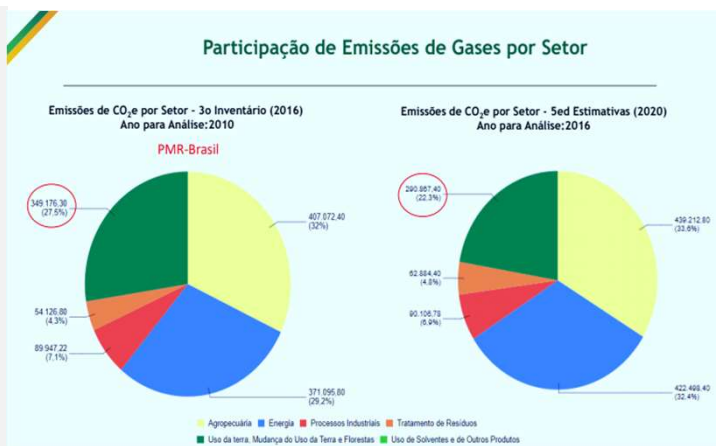


ACONTECEU

Cerca de 90% do potencial hidráulico inventariado remanescente no país se distribui entre quatro grandes bacias hidrográficas concentradas no Norte e Sul do Brasil. As participações de eletricidade e do gás natural no consumo de energia aumentaram cerca de dois pontos percentuais e os maiores ganhos se mantêm concentrados nos derivados do petróleo, especialmente devido ao diesel e biodiesel, sendo que este último aumenta 5,8% ao ano. “A energia é fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e equidade”, disse Machado. O custo da energia é fator de inserção econômica internacional do Brasil, segundo análises feitas quando tratou dos objetivos da estratégia do Plano Nacional de Energia (PNE 2050), pontuando, também, a conversão de refinarias em complexos energéticos e entendendo-se a transição energética não como uma ‘virada de chave’, mas sim como processo.

O Perfil das Emissões do Setor Industrial e as Opções de Mitigação Apontadas no Projeto PMR Brasil – *Partnership for Market Readiness* foi o destaque de Gustavo Fontenele, coordenador de Economia Verde da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.

Ao tratar dos principais impactos econômicos estimados para um Sistema de Comércio de Emissões (SCE), no Brasil, Fontenele frisou o maior crescimento econômico (2,3% em 2030); menor desemprego (1,3 p. p. em 2030); custo-efetividade, maior taxa de crescimento mesmo com



um Capex [sigla, em inglês, que designa o montante de dinheiro dispendido na aquisição de bens de capital de uma dada empresa] em mitigação evitado de mais de R\$ 100 bilhões no período; redução de pobreza com maior evolução tanto na renda real média quanto do percentual da renda real disponível dos 20% mais pobres da população brasileira. Outro fator se refere ao fomento de descarbonização via *offsets*, o que possibilita destravar uma série de investimentos; e, por último, o impacto inflacionário, pelo maior nível de atividade e custo do carbono.

Fontenele deu ênfase às emissões da indústria nacional, que respondem por apenas 7% das emissões totais, enquanto nos países desenvolvidos esse índice está no patamar de 30 a 40%, e finalizou sua apresentação apontando as principais opções de mitigação no Projeto PMR-Brasil e os potenciais de abatimento setoriais.

Acesse as apresentações:

❑ O SETOR DO AGRONEGÓCIO E DE USO DE SOLO, por RODRIGO LIMA, acesse o [link](#).

❑ O SETOR ENERGÉTICO SOBRE INFLUÊNCIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, por Giovani Machado, acesse o [link](#).

❑ O PERFIL DAS EMISSÕES DO SETOR INDUSTRIAL E AS OPÇÕES DE MITIGAÇÃO APONTADAS NO PROJETO PMR BRASIL, por Gustavo Fontenele, acesse o [link](#).



Assista a este debate na íntegra no Youtube da Fiesp, acesse o link.



Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp

Conheça o [Portal Clima em debate](#), da indústria paulista, que agrega posicionamentos e informações relevantes sobre as COPs e a mudança climática.



ACONTECEU

A GESTÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS

Com intenso processo de urbanização, municípios devem estar atentos à gestão ambiental

Em 2030, a previsão é que quase 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. No Estado de São Paulo, o índice deverá superar os 90%, o que poderá acarretar em pressão sobre os serviços e no uso da infraestrutura urbana, como por exemplo, no consumo de energia, mobilidade urbana, saneamento básico e saúde pública. Tais dados demonstram que a gestão pública de um município assume gradativamente mais responsabilidade e, com a pandemia da Covid-19, se evidencia a necessidade de revisão de conceitos.

Dada a relevância do tema para o futuro da população dessas cidades, a Fiesp, por meio do Departamento de Ação Regional (Depar), Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) e Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), tem promovido webinars sobre a “Gestão Ambiental nos Municípios”.

O primeiro deles realizado em 30/03, contou com a participação de cerca de 254 representantes das regiões dos municípios de Araçatuba, Marília, Ourinhos e Presidente Prudente, e ainda, empresários locais, Conselheiros do Cosema, Diretores das Regionais da Fiesp/DEPAR e do Ciesp (Alta Noroeste - Araçatuba; Alta Paulista – Marília e Presidente Prudente).

“A pandemia da Covid-19 nos trouxe vários ensinamentos, e houve mudança de comportamento das pessoas em relação ao trabalho, às compras, ao deslocamento na cidade e à segurança. Além disso, estamos vivendo na era das tecnologias disruptivas como o 5G, a Inteligência Artificial, a Internet das Coisas (IoT), entre outras, e as cidades sustentáveis e inteligentes têm impacto direto com essas tecnologias”, ressaltou Rafael Cervone, diretor do Departamento de Integração Regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

De acordo com Eduardo San Martin, presidente do Cosema, após receber diversos questionamentos da indústria paulista relativas à responsabilidade das ações voltadas ao meio ambiente e longos debates com especialistas, foi possível produzir um E-book a fim de elucidar tópicos que a legislação reputa como de responsabilidade dos municípios.

“A pedido do presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, encaminhamos o material para todos os prefeitos de São Paulo, e agora estamos realizando encontros virtuais, como o de hoje, para explicar aos prefeitos e seus secretários e diretores de meio ambiente sobre estes temas e esclarecer o que precisa ser feito”, contou San Martin.

Demetrio Zacharias, diretor-titular do Depar, reafirmou os objetivos do evento que, além do encontros já promovidos, outros serão realizados em diversas cidades do Estado, e alguns já programados para a região do Vale do Paraíba, Alto Tietê e Sorocaba.



Especialistas debatem a gestão ambiental e a responsabilidade dos municípios diante das transformações pelas quais passam as cidades.

“Queremos criar uma Agenda Regional Ambiental, com o propósito de avaliar e discutir com especialistas, empresários e gestores públicos, mecanismos que permitam a implantação de diretivas, com vistas ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável, integrando o Poder Público e a sociedade como um todo”, disse.

Durante o evento, os capítulos do E-book são apresentados de forma resumida, contemplando seus principais aspectos. O especialista de projeto em gestão ambiental, Jorge Rocco, discorreu sobre o parcelamento do uso e ocupação do solo, um dos principais instrumentos de planejamento urbano e rural para a adequada gestão ambiental no município. De acordo com ele, “é essencial o planejamento do território urbano e rural, trazendo com isso indicadores e métricas que possam ser transparentes para os usuários, e que poderão utilizar e buscar o disciplinamento para os seus negócios. Além disso, fazer uniforme a realização desses planos com adequação ambiental, principalmente, com a interface regional e estadual”, explicou.

Outro fato importante do Plano Diretor, segundo Rocco, é ter a revisão periódica e a participação da sociedade civil organizada. “Isso dá maior transparência e permite que seja desenvolvido de acordo com os interesses locais, garantindo um desenvolvimento sustentável”, destacou. Rocco tratou, ainda, dos parâmetros e indicadores para medir a qualidade ambiental, essenciais se considerada a população do Estado de São Paulo predominantemente urbana.

A Lei Complementar nº 140/2011 estabelece que os municípios têm atribuição para promover o Licenciamento Ambiental das atividades ou empreendimentos. “É preciso ter um órgão ambiental com capacidade para executar essa ação administrativa, uma equipe



ACONTECEU

multidisciplinar que possa exercer adequadamente a avaliação solicitada no licenciamento, um conselho municipal de meio ambiente de caráter deliberativo que dê suporte a essa política pública, além do sistema de fiscalização ambiental”, orientou Rocco.

Anicia Pio, gerente do DDS da Fiesp, abordou os principais pontos que podem tornar as cidades mais sustentáveis. “Para falar sobre este tema, precisamos olhar para cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na cúpula das Nações Unidas (ONU) e que têm grande interface com a questão ambiental”, observou. Ainda segundo a especialista, os gestores municipais devem desenvolver atividades na área ambiental que possam trazer ganhos à coletividade. Pio também discorreu sobre os serviços de saneamento que, de acordo com o E-book da Fiesp e do Ciesp, são aqueles que têm a maior e principal relação com a qualidade de vida e peso nas questões de saúde pública, meio ambiente e desenvolvimento econômico. “Em 2020, nós tivemos a promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, que trouxe uma questão fundamental – a da concessão dos serviços com licitação, finalizando as prorrogações intermináveis de contratos. Além disso, com metas e prazos arrojados e amarrando os dois no sentido da universalização”, explicou. A última participação do encontro foi de Juliano Abe, diretor adjunto do Depar, que deu destaque aos recursos financeiros para a gestão ambiental nos municípios. De acordo com Abe, inevitavelmente, em algumas ações promovidas pelos municípios, depende-se muito da criatividade e vontade política, mas parte das atividades dependem de recursos públicos, e muitos desses foram prejudicados por este quadro pandêmico que estamos vivendo.

“Diante das dificuldades, podem aparecer oportunidades. Um exemplo é a possibilidade de se obter recursos

financeiros por meio de bancos internacionais e nacionais e agências de fomento. Obviamente, é preciso estar alinhado à importância de termos projetos compatíveis para a obtenção deles. As linhas e prioridades desses bancos estão voltadas para as áreas do meio ambiente, como saneamento e sustentabilidade”, comentou Abe. O especialista orientou também, para os que desejam obter mais informações sobre os financiamentos, consultar o Manual do MIP, no site do Ministério da Economia do Governo Federal.

O E-BOOK

Colaborar com os principais aspectos ambientais que estão sob responsabilidade das prefeituras, tais como saneamento, parcelamento do uso e ocupação do solo, licenciamento ambiental municipal é um dos intuitos do E-book a “Gestão Ambiental nos Municípios”. O presente trabalho foi



desenvolvido visando apresentar as responsabilidades ambientais dos municípios, de que forma os administradores municipais possam agir visando ampliar e aproveitar melhor os indicadores que fazem uma cidade ser mais inteligente, resiliente e sustentável, bem como entender de que forma os municípios podem fazer a sua parte em prol da sustentabilidade.

Acesse [aqui](#) o E-book A Gestão Ambiental nos Municípios.

Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp

 CADASTRE-SE

PARA RECEBER NOTÍCIAS
RELACIONADAS A ESTE TEMA

CONHEÇA AS PUBLICAÇÕES QUE A FIESP E O CIESP DISPONIBILIZAM COM INTUITO DE INCENTIVAR E ORIENTAR AS AÇÕES DE BOAS PRÁTICAS NOS DIFERENTES SETORES PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA PAULISTA.



Acesse:

<https://www.fiesp.com.br/guias-para-a-producao-mais-limpa/>

ACONTECEU



DEBATE ON LINE - O FUTURO DOS CARROS ELÉTRICOS NO BRASIL

Prós e contras dos veículos elétricos, ações para aprimorar o setor, além dos caminhos para uma logística reversa eficiente foram assuntos de reunião on-line

Com o objetivo de se manter um canal de informação de credibilidade e de oferecer um serviço importante para a sociedade brasileira, a Fiesp realizou, em abril, encontro on-line para debater um tema que vem tomando as discussões atuais no país e no mundo: os aspectos positivos da utilização dos veículos elétricos e as dificuldades para a sua expansão.

Players de expressividade apresentaram as diferenças entre os tipos de carros movidos à energia, tendências de mercado, evolução dos modelos fabricados, além de uma linha do tempo com os resultados das políticas públicas implementadas para alavancar o setor. O debate se deu no Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) e do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), da Fiesp.

O presidente do Cosema, Eduardo San Martin, reforçou que entender a respeito das particularidades do tema é primordial para a cadeia produtiva brasileira, para a população e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país. “Nesta discussão, nós pretendemos conhecer e contribuir para a difusão de conceitos importantes como os prós e os contras dos veículos movidos à eletricidade, assim como o que tem sido feito para aprimorar o setor, os elementos que constroem o preço desses itens, além dos caminhos para uma logística reversa eficiente envolvendo a categoria”, explicou.

Adalberto Felício Maluf Filho, presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE) falou sobre a expansão da produção e da utilização dos veículos elétricos no país.

“A indústria automotiva vem passando por um processo de eletrificação. No ano passado, foram vendidos cerca de 19 mil veículos híbridos no país, aqueles que funcionam com duas fontes de força. Além do motor a combustão, o carro ainda tem outro propulsor, que é elétrico. No que diz respeito aos carros exclusivamente movidos à eletricidade, o total de unidades comercializadas chegou a 801, no mesmo período”, informou.

Paulo Maisonnave, gerente da ENEL-X, explicou que a mobilidade elétrica gera a oportunidade do uso de energias renováveis. O Brasil dispõe de matéria-prima, conhecimento científico e potencial energético para alavancar o setor. “Estamos alcançando uma indústria



Eduardo San Martin, presidente do Cosema, frisou a importância do desenvolvimento dessa cadeia produtiva.

eficiente no que tange ao consumo de energia. Acredito que nos próximos cinco anos teremos construído essa transição para obtermos um modelo sustentável de negócio dos veículos elétricos”, disse.

O gerente de Assuntos Governamentais na Toyota do Brasil, Thiago Sugahara, trouxe um pouco das políticas públicas implementadas para o setor nos últimos anos, que foram geradoras de transformações para a cadeia produtiva.

Em 2008, foram produzidos os primeiros veículos híbridos no Brasil.

“Passamos de 800 unidades elétricas emplacadas no país, em 2015, para 19 mil, no ano passado. A expectativa é que este ano este número chegue a 28 mil. A universalização da eletromobilidade tem como meta a redução em 40% das emissões de combustíveis fósseis, em média”, pontuou Sugahara.

PREÇO – O presidente do Cosema, Eduardo San Martin, ponderou que a discussão em torno deste tema não pode se esgotar, uma vez que questões como o custo dos carros híbridos ou elétricos e o preço final deles repassados aos consumidores são agravantes para a universalização das unidades. Outro ponto elencado por ele diz respeito à destinação das baterias no momento em que findar a vida útil delas.

Assista à íntegra da live, clique no [link](#)

Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp



CONSULTE O DDS FIESP/CIESP

As equipes do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp estão empenhadas em diversas frentes de trabalho para amenizar os impactos das obrigações ambientais nas atividades do setor produtivo e auxílio na busca de oportunidades

Para entender melhor as necessidades de seu setor ou indústria, envie seu questionamento, quanto à questões ambientais afetas à sua atividade, por meio do canal: cdma@fiesp.com.br

ECONOMIA CIRCULAR



SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

O **Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral** é uma solução conjunta da indústria e do setor de reciclagem para adequação às regulamentações legais com responsabilidade socioambiental, utilizando-se de tecnologia, transparência e escala para diminuir o custo sistêmico.

Para oficializar o processo, foi firmado em maio de 2018, com a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), [Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens em Geral](#) (TCLR), que simboliza o

compromisso das entidades signatárias, bem como das empresas aderentes ao Sistema, na melhoria da gestão das embalagens após o uso pelo consumidor e, no adequado cumprimento da legislação ambiental.

Atualmente esse TCLR conta com 79 entidades participantes, sendo 8 (oito) intervenientes anuentes (Fiesp, Ciesp, Fecomercio, Abetre, Abrelpe, IBÁ, SIMA e Cetesb) e 87 entidades signatárias (Associações, Sindicatos e Institutos), representando um universo de **1.834** empresas aderentes.

CONCORRÊNCIA DE CERTIFICADOS DE RECICLAGEM

No mês de abril/21 foram realizados as Concorrências 003 e 004 de 2021 com finalidade de comercializar os Certificados de Reciclagem de Embalagens (CRE), o que resultou na comercialização de Notas Fiscais rastreadas relativas a 28.199 toneladas de materiais recicláveis, comercializados a um montante de R\$ 2.449.385,20.

Nesta edição, 212 empresas adquiriram Certificados de Reciclagem, sendo representadas por 39 entidades signatárias ao Termo de Compromisso de Logística Reversa (TCLR).

Confira os resultados das Concorrências de Certificados de Embalagens ocorridas em abril

	Plástico		Papel		Vidro		Metal	
Concorrência nº	003/21	004/21	003/21	004/21	003/21	004/21	003/21	004/21
Massa ofertada (t)	6.302	4.330	8.506	5.338	1.280	1.672	363	408
Custo Médio (R\$/t)	148,54	147,15	40,00	40,00	98,58	98,01	40,00	40,00
Valor total (R\$)	936.099,08	638.631,00	340.240,00	213.520,00	126.182,40	163.872,72	14.520,00	16.320,00



FIQUE LIGADO!

Os **CRE** são documentos que comprovam a restituição, por meio da comercialização da massa equivalente das embalagens recicláveis, após o uso pelo consumidor, ao ciclo produtivo, que não seguirão para o aterro, o que é um ganho enorme para as cidades e para o meio ambiente, além de auxiliar no atendimento às exigências estabelecidas na Decisão de Diretoria Cetesb nº 114/2019. Nesta última concorrência, participaram 35 operadores comercializando suas notas fiscais que conferem lastro ao Certificado de Reciclagem, sendo 4 cooperativas de catadores.

Para saber mais sobre o **Sistema de Logística Reversa de Embalagens** e acessar o relatório com os resultados das concorrências de Certificados de Reciclagem, acesse: <http://bit.ly/2xVXoL1>

FINANÇAS VERDES



RADIOGRAFIA DO ESG NO BRASIL MOSTRA O TAMANHO DO TSUNAMI

Estudo inédito revela o salto que teve a discussão da sigla no país e o que as empresas estão fazendo nas frentes ESG

A discussão sobre ESG nas redes sociais no ano passado, no Brasil, foi quase sete vezes maior que em 2019. O número de citações pulou de 3,4 mil para mais de 22 mil. A descoberta está em estudo lançado na semana passada pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU (PGNU) e pela plataforma de monitoramento digital *Stilingue*.

Além do mergulho nas redes, foram enviados questionários a empresas integrantes do Pacto no país, e ao todo 308 deles voltaram preenchidos, revelando muita coisa.

Em se tratando do cenário digital, quem fala sobre ESG nas redes ainda é predominantemente a imprensa. Ou seja, há um espaço a ser ocupado pelas marcas. Poucas delas conseguiram se apropriar de mensagens capazes de engajar seus públicos online.

Entre os dez que mais falam de ESG, seis são veículos de imprensa. Já a pesquisa com os participantes da Rede Brasil do PGNU mostrou que as cinco iniciativas mais identificadas atualmente nas empresas são:

- 1) criação de mecanismos de **compliance e governança** que inibam práticas desleais internamente (79%);
- 2) **gestão de resíduos** – reciclagem e reaproveitamento de insumos (76%);
- 3) criação de comitês e instâncias de governança que contribuam para **integridade da organização** (68%);
- 4) apoio emergencial à **covid-19** (61%);
- 5) apoio às **comunidades do entorno** (60%).

Há um certo desalinhamento entre os anseios identificados no público das redes, que são sobretudo ambientais, e as aplicações práticas elaboradas pelas empresas, que estão mais focadas nos fatores sociais.

Entre os participantes da pesquisa, 72% disseram que já conheciam o termo ESG em 2020. Os que trabalham no agronegócio são os mais familiarizados com a sigla (87% deles já tinham ouvido falar em 2020). Em segundo lugar, aparece o setor financeiro (85%) e logo em seguida o de energia (71%). Já no setor de moda e beleza, 40% desconheciam o significado de ESG no ano passado.

Outro recorte mostra que 89% dos CEOs e presidentes de conselhos já conheciam o termo no ano passado. O percentual é menor entre proprietários e sócios das empresas: 77%.

Sabendo ou não do que se trata, 51% dos respondentes afirmaram que são estimulados com alta frequência a repensar e criar soluções que impactem positivamente nos três critérios ESG.

Estudos como estes do PGNU e do *Stilingue* são fundamentais para inspirar cada vez mais companhias e pessoas a desenvolver práticas de ESG.

Fonte: Adaptado de Exame.com

Acesse: <https://bitly.com/yD6uv>



Seis tendências ESG que devem ser monitoradas em 2021

Tendência#1 - Os fatores sociais devem ganhar mais atenção

O pilar Social talvez tenha sido o mais difícil de definir no passado, mas dadas as mudanças que enfrentamos em 2020, frente à crise mais rápida da história, acredita-se que as questões sociais ganharão mais atenção em 2021.

Tendência #2. Mudanças climáticas: todos os olhos voltados para as emissões de CO₂

A COVID-19 acelerou a busca pela sustentabilidade ambiental em muitos setores, ao mesmo tempo em que uma série de governos em diferentes países colocou a “energia limpa” no centro dos programas de recuperação pós-pandemia.

Tendência #3. Economia circular e as novas oportunidades de investimentos

Espera-se que o foco em economia circular acelere em 2021, criando, assim, novas oportunidades de investimentos.

Tendência #4. Gestoras: prontas ou não, aí vem o ESG

A crescente demanda por investimentos responsáveis exigirá que cada vez mais gestoras que incorporem os fatores ESG em seus processos de seleção de ativos.

Tendência #5. Engajamento corporativo como oportunidade

No cenário brasileiro, dentre os pilares ESG, o de governança já é, historicamente, levado em consideração por parte dos investidores.

Tendência #6. Padronização das divulgações e métricas ESG: uma evolução necessária

Embora a disponibilidade de dados ESG tenha aumentado, a qualidade deles continua sendo um desafio.

Fonte: XP Investimentos
Acesse: <https://bitly.com/Yel>

BID LANÇA SEGURO PARA GARANTIR RETORNO DE INVESTIMENTOS EM EFICIÊNCIA SOLAR

Um seguro de “performance energética”, que garanta o retorno de investimentos de pequenas e médias empresas (PME) em projetos de eficiência energética e instalações de geração fotovoltaica, minimizando o temor de pequenos empresários em adotar essas iniciativas. Essa é a proposta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que lançou no dia 3 de março o Programa ESI (Seguro de Economia Energética, na sigla em inglês), voltado a impulsionar esses segmentos.

O modelo já funciona na Europa e está disponível em países vizinhos, como o caso do Chile, Colômbia, El Salvador, México e Peru. O seguro prevê o pagamento do valor previsto em contrato correspondente à redução no consumo de energia – para projetos de eficiência energética – ou à geração elétrica – para instalações fotovoltaicas –, caso esses indicadores não sejam atingidos por problemas de desempenho do projeto ou dos equipamentos envolvidos.

“Muitas vezes, projetos relevantes, por exemplo, de instalação de painéis solares, são postergados por medo de os investimentos não gerarem economia. Ao garantir o desempenho desses projetos, queremos incentivar o crescimento de um mercado com potenciais óbvios em termos ambientais e econômicos, sobretudo para as pequenas e médias empresas”, diz o representante do Grupo BID no Brasil, Morgan Doyle.

As pequenas e médias empresas foram identificadas como prioridade para o programa pelo BID devido a seu peso na economia do País. O segmento de PMEs representa 99,5% das empresas e 58% dos empregos formais no Brasil e, na avaliação do banco, podem ganhar espaço no orçamento ao otimizarem seus custos com eletricidade.

Contratação

O tomador do seguro é o fornecedor das soluções energéticas e o beneficiário é a PME que contrate os serviços de eficiência ou de geração energética. A contratação do seguro é feita com seguradoras conveniadas ao programa. Atualmente, há apenas uma empresa no Brasil, a Invest, e o BID, que se propõe a ser indutor deste mercado, espera que outras seguradoras possam passar a oferecer o produto.

A expectativa é também que o seguro possa ser oferecido em parceria com bancos privados que, com a garantia oferecida pelo modelo, terão mais segurança para oferecer crédito para investimentos em eficiência energética.

Além do seguro, o programa contempla acompanhamento do pré-projeto, da instalação dos equipamentos e da mensuração do desempenho por um período de até cinco anos. Esse suporte é feito em parceria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Segundo projeções da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), os investimentos na fonte solar fotovoltaica devem ultrapassar a cifra de R\$ 22,6 bilhões em 2021, somando os recursos destinados a grandes usinas – a chamada geração centralizada – e aos sistemas de menor porte instalados em telhados, fachadas de edifícios e pequenos terrenos, também conhecido como geração distribuída.

Somente no segmento de geração distribuída, alvo de grande parte dos projetos de PMEs, a Absolar estima investimentos de R\$ 17,2 bilhões, com uma previsão de crescimento de 90% na capacidade instalada, para 8,3 GW.

Fonte: Procel Info, Acesse: <https://bit.ly.com/pkKeU>

A RESERVA QUE VIROU NEGÓCIO

Reservas Votorantim

O engenheiro David Canassa recebeu da direção do grupo Votorantim em 2012 uma tarefa desafiadora – criar negócios sustentáveis em sua imensa reserva no Vale do Ribeira, no sul do Estado de São Paulo, sem derrubar uma única árvore. Foi naquele ano que a empresa assinou um protocolo de intenções com o governo paulista para a implantação de atividades geradoras de conhecimento, trabalho e renda por meio da conservação e do uso responsável dos recursos naturais nos 31 mil hectares de floresta. Segundo Canassa, a companhia teve uma visão empreendedora ao conservar a floresta intacta desde que as áreas começaram a ser compradas nos anos 1920, para proteger nascentes dos rios usados nas hidrelétricas próprias do grupo. “Ninguém falava em sustentabilidade naquela época”, diz.

Batizado de Legado das Águas, o empreendimento abriga um dos maiores estoques de carbono da Mata Atlântica no Brasil. A reserva hoje tem atividades de ecoturismo produção de mudas para reflorestamento, desenvolvimento de produtos à base de aromas e fragrâncias extraídas de espécies nativas e projetos de paisagismo com variedades nativas da Mata Atlântica em cidades, inclusive na capital paulista. “Quando colocamos árvores de várias espécies no mesmo território, propiciamos não só o carbono que vai ser capturado, mas também a regeneração de toda a biodiversidade do local”, afirma.

David Canassa – Diretor
Reservas Votorantim

Fonte: Revista Época Negócios – ed.159.

CONSULTA PÚBLICA DO BANCO CENTRAL PROPÕE NOVAS REGRAS PARA GERENCIAMENTO DE RISCOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

O Banco Central (BC) pretende aprimorar as regras de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), bem como dos requisitos a serem observados pelas instituições no estabelecimento de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). A proposta, que entrou em Consulta Pública-CP (Consulta Pública 85/2021), consta entre as entregas acordadas no âmbito da Agenda BC#, pilar “Sustentabilidade”.

As novas regras de gerenciamento de riscos têm como foco o tratamento da possibilidade de perdas para a instituição. A proposta redefine o risco social, relacionado a práticas de violação de direitos fundamentais ou de interesses coletivos, e o risco ambiental, associado a atos de degradação do meio ambiente. Além disso, são introduzidos os conceitos de risco climático de transição, relacionado ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, e de risco climático físico, relativo à ocorrência cada vez mais frequente de condições ambientais extremas.

É reforçada a integração desses riscos ao gerenciamento dos riscos tradicionais (crédito, mercado, liquidez e operacional), com critérios mínimos a serem observados pelas instituições. Também passam a se aplicar, de forma mais direta, comandos como a inclusão dos riscos social, ambiental e climático na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e no programa de testes de estresse, com a determinação explícita para que as instituições mais complexas realizem análises de cenários considerando hipóteses de mudanças climáticas e de transição para uma economia de baixo carbono. Outras inovações são o monitoramento da reputação da instituição e de eventuais concentrações em setores econômicos ou regiões geográficas mais suscetíveis a danos sociais, ambientais e climáticos.

As novas regras referentes à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), documento que deve ser elaborado pela própria instituição, focam na sua contribuição sobre o tema, por meio do estabelecimento de diretrizes que orientem seus negócios e a sua relação com clientes, fornecedores, comunidade interna entre outros stakeholders. Segundo o BC, foram aprimorados os requisitos de implementação de ações com vistas à efetividade da PRSAC, com fortalecimento da estrutura de governança e dos requisitos de divulgação de informações ao público externo.

Em complemento a CP 85/2021, o Banco Central divulgou a CP 86/2021, normativa que estabelecerá requisitos para divulgação de informações sobre aspectos sociais, ambientais e climáticos aplicáveis às Instituições do Sistema Financeiro Nacional enquadradas no Segmento 1 (S1), Segmento 2 (S2), no Segmento 3 (S3) e Segmento 4 (S4), nos termos da Resolução BC nº 4.553/2017.

A proposta, inspirada nas recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)*, tarefa criada em 2015 pelo Comitê de Estabilidade Financeira (FSB), possui como principal objetivo ampliar a transparência contribuindo para redução da assimetria de informações e melhor disciplina de mercado. Para isto, é estabelecida a exigência de publicação formal e periódica das informações referentes, entre outros aspectos ao gerenciamento de riscos.

As informações deverão ser divulgadas em relatório padronizado, denominado “Relatório GRAC” obedecendo critérios de proporcionalidade baseados no porte e na complexidade das instituições, o que traz benefícios em termos de consistência e comparabilidade das informações entre diferentes instituições.

O regulamento disposto na CP 86/2021 prevê que a proposta seja implementada em duas fases do Brasil.

Na primeira fase, contemplando aspectos qualitativos, o foco real sobre a divulgação de informações claras, consistentes e comparáveis sobre a governança, estratégias de gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos.

Na segunda fase, prevista para 2022, estabelecerá a divulgação obrigatória de informações quantitativas (metas e métricas). As instituições que utilizam indicadores no gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos poderão optar pela divulgação na primeira fase nos termos da proposta em consulta pública.

As normas ficam em consulta pública até 05/06/2021.

Para acesso em ambas Consultas Públicas, clique no link: <https://bitly.com/ldipx>.

Acesse a íntegra das matérias, clique nos links:


CP 85/21 <https://bitly.com/51Rg6> /


CP 86/21 <https://bitly.com/hiAZw>

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil.

Novo questionário ISE: Consulta Pública


Está aberta a consulta pública para o novo questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). A B3 decidiu reformular o questionário com o objetivo de torná-lo mais replicável e aderente às necessidades do mercado

 Respostas ao questionário **até dia 28 de maio**

 Participe: <http://iseb3.com.br/novo-questionario-ise-b3-consulta-publica>



DESTAQUES

Clique nos links **ESTADO DE SÃO PAULO REGULAMENTA O MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS – MTR**

A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, por meio da Resolução SIMA nº 27, publicada em 23/03, instituiu o Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos – Sigor, que tem por objetivo:

- gerenciar os MTR emitidos, adaptados às particularidades do Estado de São Paulo, visando atender todas as normas e legislação vigentes;
- monitorar a gestão dos resíduos desde sua geração até sua destinação final, incluindo o transporte e destinações intermediárias, evitando seu encaminhamento para locais inadequados;
- promover a integração dos MTRs com o Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental – CADRI e Parecer Técnico de Importação de Resíduos de Interesse Ambiental;
- auxiliar no gerenciamento das informações referentes aos fluxos de resíduos no Estado de São Paulo;
- promover o acompanhamento dos Planos de Gerenciamento de Resíduos – PGR;
- a emissão de relatórios para integrar o Sistema Declaratório e o Inventário Estadual de Resíduos;
- disponibilizar as informações geradas no Sistema ao MTR Nacional e ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – Sinir.

São usuários do Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos – Sigor:

- os geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- os responsáveis pelas áreas de destinação de resíduos.
- os transportadores de resíduos; e

Os órgãos responsáveis pelas plataformas do Município de São Paulo, Estado de São Paulo e Federal disponibilizaram os canais de consultas de dúvidas sobre os Sistemas:

- ✓ Município de São Paulo – Plataforma CTRe- <https://www.ctre.com.br/login>
- ✓ Estado de São Paulo – Plataforma SIGOR - <https://mtr.cetesb.sp.gov.br/#/>
- ✓ Federal – Plataforma SINIR - <https://mtr.sinir.gov.br/#/perguntasFrequentes>

Maiores informações, acesse o link: <https://bityli.com/uPDfo>

PRORROGADA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO DE RESÍDUOS - DMR NO ÂMBITO DO SIGOR

A CETESB, prorrogou a entrega da Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR para 31/05/2021. O informativo foi publicado no portal do Sistema Estadual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – SIGOR.

A DMR é uma exigência nacional em atendimento à Portaria 280/2020 do MMA e no Estado de São Paulo, deve ser elaborada por todos os empreendimentos e atividades sujeitos à utilização do MTR com periodicidade trimestral, no mês seguinte ao trimestre encerrado e levando em consideração a movimentação de resíduos do trimestre encerrado.

Segundo procedimento disposto no Guia Rápido SIGOR, os usuários devem preencher a DMR para cada perfil adotado, exceto armazenador temporário, para o qual não há DMR. Ao disponibilizar o preenchimento, o sistema apresentará automaticamente a relação de todos os resíduos recebidos no período.

Cabe pontuar:

- A data de referência a ser inserida no sistema é a de recebimento dos resíduos e não a de emissão do MTR.


- Devem ser consideradas as quantidades registradas no recebimento do resíduos e não as da emissão dos MTRs.
- As informações sobre resíduos gerados, transportados e destinados sem MTR também devem ser informadas.
- Se o empreendimento não enviar a DMR dentro do prazo, a regularização deverá ser feita com a funcionalidade "Cadastrar DMRs pendentes".

Estão dispensados de elaborar a DMR pelo SIGOR MTR

- Os estabelecimentos geradores do município de São Paulo (usuários do sistemas da Amlurb - CTRe-RCC e CTRe-RGG)
- Os estabelecimentos geradores e destinadores de Resíduos de construção civil (RCC) situados nos municípios de Bertioga, Catanduva, São José do Rio Preto e Sertãozinho, onde já está implantado e em operação o SIGOR RCC.

Maiores informações, acesse o link: <https://cetesb.sp.gov.br/sigor-mtr/>

DESTAQUES

Clique nos links **CETESB AMPLIA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS E ECONÔMICOS A APRESENTAREM INFORMAÇÕES SOBRE GEE**

Nova Decisão da Diretoria - DD da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo foi publicada em 13/04, a DD 35/21. O regulamento ampliou de 28 para 31 o número de segmentos do setor produtivo e econômico objetivando a elaboração de planos e programas de mitigação. A partir de agora, aeroportos, aterros sanitários e o setor de transporte de cargas ou passageiros estarão sujeitos a fornecer anualmente para a agência ambiental, informações sobre as emissões de gases de efeito estufa.

Desde 2012, a CETESB recebe os Inventários de Gases de Efeito Estufa - GEE por planta industrial no Estado de São Paulo, elaborados segundo metodologias reconhecidas internacionalmente, levantando as emissões de dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hexafluoreto de enxofre (SF₆), hidrofluorcarbonetos (HFCs) e os perfluorcarbonetos (PFCs).

Em abril de 2021 foram incluídos na relação de segmentos sujeitos a fornecerem os dados de emissões,

aeroportos com movimentação anual igual ou superior a 5 milhões de passageiros; aterros sanitários com média anual de recebimento de resíduos sólidos urbanos igual ou superior a 400 toneladas diárias; e do setor de transporte de cargas ou passageiros cuja frota de veículos a diesel – caminhões e ônibus – seja superior a 300 veículos.

A recente decisão possibilita ainda a contabilização e envio das emissões indiretas de GEE, denominadas por escopo 3, do setor de transportes de bens e serviços, aquelas provenientes de atividades realizadas por empresas terceirizadas e de caráter voluntário.

As estimativas de emissão deverão ser declaradas por meio eletrônico, com frequência anual, entre o período de 1º de setembro até 31 de outubro, compreendendo o período de janeiro a dezembro do ano anterior, a partir de 2022.

Acesse a matéria na íntegra: <https://bityli.com/D245L>

Acesse o Regulamento: <https://bityli.com/ptCjj>

INSTRUÇÃO NORMATIVA ATUALIZA O PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AO MEIO AMBIENTE

No dia 14/04 foi publicada a Instrução Normativa Conjunta MMA/Ibama/ICMBIO nº 1/2021, que “regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”.

Esta Instrução Normativa atualizou e aperfeiçoou o texto da Instrução Normativa Conjunta nº 2/2020, revogando a mesma. Dentre as principais alterações, destaca-se à

regulamentação do uso de meios eletrônicos nas tramitações processuais, desde a lavratura do auto de infração, em acordo ao disposto no Decreto nº 8.539/2015.

O texto da nova Instrução Normativa na íntegra pode ser acessado neste [link](#).

ATUALIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE ÁREAS CONTAMINADAS E REABILITADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO É DIVULGADA

A CETESB publicou a última atualização da relação das áreas contaminadas e rehabilitadas no Estado de São Paulo conhecidas até dezembro de 2020.

A publicidade das informações sobre áreas contaminadas é exigida pela Resolução Conama nº 420/2009 e, no Estado de São Paulo, pelo Decreto nº 59.263/2013, que regulamenta a Lei Estadual nº 13.577/2009.


Como nem todos os Estados disponibilizam essas informações, o Ministério do Meio Ambiente lançou no final de 2020 o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas.

A lista é atualizada e divulgada anualmente pela CETESB desde 2002 e pode ser acessada através do link: <https://bityli.com/lq19A>.

**ECONOMIA CIRCULAR**

Conheça nosso portal, acesse o link: <http://economiacircular.fiesp.com.br/pt/index.html>

DESTAQUES

Clique nos links **FIESP E CIESP PROMOVEM TREINAMENTO SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS**

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, promoveram no dia 27/04, treinamento sobre o Relatório de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP). O relatório é um instrumento de coleta de informações de interesse ambiental com objetivo de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização ambiental, além de subsidiar ações de gestão ambiental. O evento, em

formato virtual, teve como objetivo esclarecer sobre a forma correta do preenchimento do RAPP, de acordo com a Instrução Normativa IBAMA nº 06/2014 e, também, como saber se a empresa está regular, a importância de manter o registro atualizado e acesso ao sistema do Ibama entre outros. A íntegra do treinamento no YouTube poderá ser acessado por meio do link: <https://bityli.com/CjTva>.

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Sustentável

NO RADAR



CONSELHOS AMBIENTAIS

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH

O DDS participou na reunião extraordinária do CRH onde foram tratados e aprovadas as deliberações sobre os Programas de Duração Continuada – PDCs para fins de aplicação dos instrumentos previstos na PERH, distribuições de recursos financeiros 2021 e os investimentos para os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIRGJ), e programação quadrienal e metas do Capacita no SIGRH para o período 2021-2024.

Conselho Estadual de Meio Ambiente – Consema

O DDS participou da 398ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA onde foi apreciado e aprovado o Relatório Final da Comissão Temática de Políticas Públicas sobre análise da proposta de Anteprojeto de Lei Específica que cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Sub-bacia Hidrográfica do Alto Juquiá / São Lourenço – APRM AJ/SL, nos termos da Deliberação CONSEMA nº 16/2020.

Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO

O DDS representou o setor industrial junto ao COFEHIDRO. Na pauta destacou-se a aprovação do plano de aplicação dos recursos do FEHIDRO em todos os Comitês de Bacias do Estado de São Paulo. O orçamento previsto para os projetos de melhoria na quantidade e qualidade das águas em 2021 é de aproximadamente R\$ 20 milhões.

Câmara Técnica de Cobrança do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CTCOB/CRH

O DDS participou de reunião, representando o setor industrial na CTCOB/CRH. Na pauta destacou-se o cronograma e metodologia de trabalho para revisão de todos os decretos de cobrança nas 22 UGRHs do Estado de São Paulo visando à uniformização de procedimentos nas bacias hidrográficas

E se pudéssemos crescer e inovar sem afetar o futuro do planeta?

design e economia circular

LANÇAMENTO

A economia circular é a solução.

Impresso e e-book

SENAI-SP editora



NO RADAR

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

A FIESP representou o setor industrial na condição de primeiro suplente da vaga dos usuários. Na pauta destacou-se a discussão dos temas prioritários para a elaboração da agenda estratégica do CNRH para o biênio 2021-2022. O setor posicionou-se favoravelmente quanto aos temas reúso de efluentes e dessalinização, segurança de barragens e integração com o marco legal do saneamento básico.

Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CNRH

A FIESP representou o setor industrial na CTCOC/CNRH. Na pauta destacou-se a aprovação por unanimidade a proposta dos Comitês PCJ quanto a prorrogação de reajustes de valores na cobrança pelo uso da água em rios de domínio da união para 2023.

COLEGIADOS DE RECURSOS HÍDRICOS

Comitês de Bacias Hidrográficas

A FIESP e o CIESP estão participando dos processos eleitorais dos plenários de 25 comitês de bacias hidrográficas Estaduais, Federais e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para garantir representatividade do setor produtivo nas discussões e tomadas de decisões. Para o próximo biênio, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo estão habilitados para participação em aproximadamente 70% dos órgãos colegiados de recursos hídricos constituídos no Estado de São Paulo, bem como no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH. O percentual respectivo a 30% restante, refere-se a colegiados que ainda estão em fase eleitoral.

Atualmente, são cerca de 120 representações paulistas nas diversas instâncias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Grupo Técnico Jurubatuba – CBH-AT

O DDS participou da reunião do Grupo de Trabalho que está definindo a alteração das regras de Gerenciamento de Áreas Contaminadas na região de Jurubatuba, em Santo Amaro, São Paulo/SP, nos termos da Deliberação CBH-AT nº 01 de 16 de fevereiro de 2011, que estabelece áreas de restrição e controle para a captação e uso das águas subterrâneas no município de São Paulo, na região de Jurubatuba e dá outras providências.

Grupo Técnico de Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA – CBH-PS

O DDS participou das reuniões do Grupo de Trabalho (GT) do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental do Reservatório do Jaguari localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CBH-PS. Este GT tem como objetivo propor a criação da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) do Jaguari, disciplinando o uso e ocupação do solo correlacionando a qualidade das águas e disciplinando os usuários públicos e privados.

Coordenação Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico – CT-MH/CBH-PCJ

O DDS coordenou as 215 reuniões ordinárias da CT-MH do CBH-PCJ, que reúne cerca de 150 representantes de usuários e organismos gestores. Dentre outras atribuições, a CT-MH delibera sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as bacias PCJ visando à manutenção das condições mínimas para o abastecimento do setor produtivo, rural e público. Nas reuniões foram avaliados os cenários de previsão meteorológica que indicam precipitações abaixo da média histórica para a estiagem de 2021, assim como as ocorrências e dificuldades nas captações devido às baixas vazões e queda na qualidade.

Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ

O DDS representou o setor industrial na Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ. Na pauta, destacaram-se a aprovação do plano plurianual de investimentos e a prorrogação de proposta de qualquer reajuste de valores na cobrança pelo uso da água em rios de domínio da união para 2023, esta última aprovada por unanimidade e apoiada pelo setor produtivo.

Câmara Técnica das Indústrias dos Comitês PCJ

A FIESP representou o setor industrial na Câmara Técnica da Indústria dos Comitês PCJ. Na pauta, destacou-se a apresentação e discussão do estudo sobre o impacto econômico dos investimentos de reúso de efluentes tratados de esgoto para o setor industrial – CNI. O Brasil, hoje com capacidade instalada para produzir um metro cúbico de água de reúso por segundo, tem potencial de aumentar esse volume em quase 13 vezes.

NO RADAR



GRUPOS DE MEIO AMBIENTE - GMA

Grupo de Meio Ambiente - GMA Ciesp Araraquara

O DDS participou e proferiu palestra no Grupo de Meio Ambiente e Segurança da Diretoria Regional do Ciesp de Araraquara, cujo tema foi Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, tendo como base a nova Lei Federal 14.119/21, e suas implicações na Política Estadual de Recursos Hídricos.

Grupo de Meio Ambiente - GMA Ciesp Americana

O DDS participou do programa ViraVolta da Regional do Ciesp Americana onde foi apresentado o Calendário de Obrigações Ambientais 2021, destacando o Sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral Fiesp/Ciesp.

Grupo de Meio Ambiente – GMA CIESP/Limeira

O GMA do CIESP/Limeira realizou reunião ordinária virtual. Dentre os temas tratados, o DDS realizou apresentação em nome da CT-MH/Comitês PCJ sobre o cenário hídrico para a estiagem 2021, estratégias de segurança hídrica e formas de participação da indústria junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – CIESP/Campinas

O GMA - Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho do CIESP/Campinas realizou reunião virtual. Dentre os temas debatidos, destacaram-se revisões das normas regulamentadoras ligadas a segurança do trabalho e a apresentação às indústrias pela Prefeitura Municipal de Campinas do projeto “Descomplicando o Licenciamento Ambiental Municipalizado de Indústrias e Serviços em Campinas/SP.

Calendário de Obrigações Ambientais

O Calendário de Obrigações Ambientais elaborado pela Fiesp/Ciesp tem como objetivo alertar as empresas quanto aos principais requisitos ambientais a serem atendidos pela indústria, bem como as informações que devem ser encaminhadas anualmente aos órgãos ambientais e os prazos para envio destas informações, evitando multas e penalidades.

30 DE JUNHO – Prazo final para recolhimento da GRU e pagamento da 2ª parcela de 2021 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental –TCFA

Acesse o **Calendário de Obrigações Ambientais atualizado**, clique no link- <https://bit.ly/Kd6lY>

CONHEÇA O MONITORE



O **MONITORE** é um sistema de gerenciamento das obrigações ambientais e outras, **gratuito aos filiados a FIESP via Sindicatos e associados do CIESP.**

Sistema fácil de navegar, cuja ferramenta torna muito mais prática a forma de organizar e ser alertado sobre os prazos das obrigações. Faça o seu cadastro e comece a monitorar as obrigações ambientais!

MONITORE AS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS DE SUA EMPRESA, CLIQUE [AQUI](#) E ACESSE O APP

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES

BIODIVERSIDADE

ÂMBITO FEDERAL

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 3, de 24/02/2021

Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.

Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 09/04/2021

Aprova o Mapa Estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal e dá outras providências.

Ministério do Meio Ambiente - MMA

PORTARIA MMA Nº 42, de 02/02/2021

Aprova o Programa Parque +.

PORTARIA ICMBio Nº 77, de 05/03/2021

Estabelece a forma de cobrança de serviços administrativos e técnicos prestados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

PORTARIA MMA Nº 109, de 24/03/2021

Institui a modalidade Floresta+ Empreendedor, de acordo com a Portaria nº 288, de 02 de julho de 2020.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA MMA/IBAMA/ICMBIO Nº 1, DE 12/04/21

Regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO

PORTARIA Nº 116, de 11/03/2021

Aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Concessões em Florestas Públicas

ÂMBITO ESTADUAL

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

PORTARIA FF Nº 51, DE 25/3/2021

Dispõe sobre a Renovação do Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una, biênio 2021-2021.

DECRETO ESTADUAL Nº 65.544, de 02/03/2021

Aprova o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro, criada pelo Decreto nº 53.526, de 8/10/2008.

Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA

RESOLUÇÃO SAA Nº 9, de 01/02/2021

Altera e acrescenta dispositivos à Resolução SAA 23, de 26/06/2015, que estabelece exigências para cadastramento de viveiros, jardins clonais, plantas matrizes produtoras de sementes e normas técnicas de Defesa Sanitária Vegetal para a produção, comércio e o transporte de mudas, borbulhas e sementes de seringueira (*Hevea spp*) no Estado de São Paulo.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA

RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SIMA-2, DE 18-3-2021

Prorroga o prazo estabelecido no caput do artigo 8º da Resolução Conjunta SAA/SIMA 03, de 16-09- 2020, que dispõe sobre as medidas de regeneração, de recomposição e de acompanhamento da vegetação nativa, bem como as de compensação da Reserva Legal, nos Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADAs, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental dos imóveis rurais no estado de São Paulo – PRA.

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES

RECURSOS HÍDRICOS

ÂMBITO FEDERAL

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

DECRETO FEDERAL Nº 10.639, de 01/03/2021

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA e transforma e remaneja cargos em comissão.

Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

PORTARIA MDR Nº 499, de 22/03/2021

Cria o "Selo Aliança pelas Águas Brasileiras", institui o seu Comitê Gestor e dá outras providências.

ÂMBITO ESTADUAL

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA

DECRETO Nº 65.499, de 04/02/2021

Altera o Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, criado pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE

PORTARIA DAEE-1634, DE 10-3-2021

Aprova os critérios e os procedimentos para a classificação de barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, exceto para fins de aproveitamento hidroelétrico, localizadas em cursos d'água de domínio do Estado de São Paulo, e dá outras providências relativas ao Plano de Segurança de Barragem, as Revisões Periódicas, ao Plano de Ação Emergencial e as Inspeções de Segurança Regulares e Especiais, considerando o disposto na Lei Federal 12.334, de 20-09-2010, alterada pela Lei Federal 14.066, de 30-09-2020.

MUDANÇA DO CLIMA

ÂMBITO FEDERAL

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, de 24/02/2021

Dispõe sobre o Capítulo VIII da Resolução CONAMA 492, de 2018, para estabelecer os requisitos e critérios para a avaliação de veículos leves de passageiros e veículos leves comerciais por meio de ensaio de emissões em tráfego real para as Fases PROCONVE L7 e L8

ÂMBITO ESTADUAL

Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo - SS

RESOLUÇÃO SS Nº 35, de 01/03/2021

Constitui Grupo de Trabalho para apoio ao desenvolvimento da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, nos termos constantes do Objetivo 3, do Plano Estadual de Saúde PES 2020/2023, e para subsídio à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE-SP, e dá providências correlatas.

FISCALIZAÇÃO

ESTADUAL

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA

RESOLUÇÃO SIMA-28, DE 22-3-2021

Acréscita e altera dispositivos da Resolução SMA 51, de 31-05-2016, que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental.

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

ÂMBITO FEDERAL

Atos do Poder Executivo

DECRETO FEDERAL Nº 10.657, de 24/03/2021

Institui a Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos - Pró-Minerais Estratégicos, dispõe sobre sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e institui o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos.

Fundação Nacional do Índio - FUNAI

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 22/02/2021

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades localizados ou desenvolvidos no interior de Terras Indígenas cujo empreendedor seja organizações indígenas.

Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR ANAC Nº 153.501-001-A, de 29/03/2021

Estabelece os procedimentos básicos de gerenciamento do risco da Fauna para gerenciadores de aeródromos.

ÂMBITO ESTADUAL

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA

COMUNICADO

Município de Monte Mor, se declara apto para exercer o licenciamento de baixo impacto ambiental de âmbito local nos termos do Anexo II e Anexo III da Deliberação Consema Normativa 01/2018.

COMUNICADO

Município de Arujá, se declara apto para exercer o licenciamento de baixo impacto ambiental de âmbito local nos termos do Anexo II e Anexo III da Deliberação Consema Normativa 01/2018

COMUNICADO

Comunica que o Município de Tupi Paulista declara não estar apto, no momento, a exercer as competências administrativas de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local nos termos do Art. 9º, XIV, "a", da Lei Complementar nº140/2011, cabendo à Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, desempenhar tais ações administrativas, no exercício da competência supletiva e enquanto subsistir a situação impeditiva do Município, conforme artigo 5º da Deliberação Normativa Consema 01/2018.

ÂMBITO MUNICIPAL – CIDADE DE SÃO PAULO

Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA

PORTARIA SVMA.G_Nº00 5, de 05/02/2021

Dispõe sobre os procedimentos para o licenciamento ambiental das subestações e linhas de transmissão/subtransmissão/distribuição de energia elétrica no Município de São Paulo.

PRODUTOS CONTROLADOS

ÂMBITO FEDERAL

Departamento de Polícia de Proteção a Cidadania – Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos

INSTRUÇÃO NORMATIVA DPCRD Nº 1, DE 15/03/2021

Dispõe sobre o controle e fiscalização de produtos acabados formulados com substância química controlada, e dá outras providências.

ODS

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS por meio de casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o case da empresa AkzoNobel Brasil.

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtyx>

Clique no link



Empresa: AkzoNobel

Projeto: Água, Essência da Cor

A AkzoNobel Brasil é uma empresa fabricante de tintas e revestimentos holandesa e uma das maiores fabricantes de especialidades químicas do mundo. Atualmente a empresa opera em mais de 150 países e emprega cerca de 35.000 pessoas.

No Brasil, AkzoNobel tem grandes marcas como Tintas Coral, Sparlack, Hammerite, Wanda e International.

Em uma das edições do Prêmio Água, promovido pela Fiesp e pelo Ciesp, a empresa recebeu Menção Honrosa ao apresentar o projeto **“Água, essência da cor”**, que pode ser sintetizado como “vender mais produtos à base de água utilizando menos água. Para isso, o projeto prevê a atuação em três pilares:

1) Estímulo do uso de esmaltes e vernizes à base d’água, com o objetivo de reduzir os esmaltes e vernizes à base de solvente, aumentando o percentual de esmaltes e vernizes à base de água vendidos

2) Reúso do efluente gerado por meio da utilização do efluente tratado nos processos e produtos. A empresa possui como meta reutilizar 100% do efluente gerado na planta de Mauá (SP), reduzindo a captação de água utilizada nos processos operacionais.

3) Aumento da disponibilidade e armazenamento de água por meio do incentivo ao reflorestamento do Bioma Mata Atlântica. A Empresa conta com uma área adjacente à planta produtiva de Mauá, a Reserva Tangará, uma área verde de 700 mil m².

O projeto de manejo da Reserva Tangará é responsável pela manutenção da mata ao redor dos corpos d’água proporcionando maior absorção de água no solo, aumento da vazão de água na represa, bem como diminuindo a possibilidade de assoreamento dos cursos d’água devido à erosão e escoamento superficial de água.

Com isso, se espera extrair os serviços ecossistêmicos providos pela floresta como a manutenção, regulação e ampliação da qualidade do fluxo hídrico, e serviços providos para a sociedade com a manutenção de um fragmento florestal em área predominantemente urbana, abrigando fauna e flora nativa da região.

Acesse o projeto, clique no link: <https://bitly.com/VXpR5>

ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



AGENDA

25/05 – 09H00

LIVE AMAZÔNIA: CASES DE USO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL



AMAZÔNIA: CASES DE USO INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL

Abrangendo 49% do território brasileiro, a Amazônia é hoje o maior bioma do mundo.

Um dos grandes desafios da região é o fomento ao desenvolvimento de atividades econômicas que possam além de gerar emprego e renda para os mais de 29 milhões de brasileiros que lá habitam, preservar nosso maior patrimônio natural.

Participe da live e conheça os cases de sucesso de diferentes segmentos industriais, que transformaram a realidade de muitas comunidades da Amazônia, gerando competitividade a essas companhias e resultados importantes ao meio ambiente.

[INSCREVA-SE AQUI.](#)



26/05 – 14H00

TAXONOMIA EM FINANÇAS SUSTENTÁVEIS



Buscando debater abordagens regulatórias sobre taxonomia em diferentes países da América Latina e na Europa, o LAB realizará o webinar “Taxonomia em Finanças Sustentáveis: intercâmbio de experiências regulatórias”.

[INSCREVA-SE AQUI.](#)

01/06 – 09H00

WEBINAR: EDUCAÇÃO AMBIENTAL



A Fiesp realizará encontro on-line para discutir a importância do tema Educação Ambiental. O webinar acontecerá em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente e tem como objetivo estimular que as políticas ambientais se desenvolvam por meio do engajamento dos cidadãos.

Na ocasião será lançado Guia de Educação Ambiental, construído pelo Sesi-SP. O webinar é uma realização do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) e o do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), ambos da Fiesp.

[INSCREVA-SE AQUI.](#)

EXPEDIENTE

O Informe Ambiente é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria do Ciesp.

Circulação bimestral

Fotografias: Ayrton Vignola, Everton Amaro e Karim Kahn

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549-4675 | Fax: 3549-4237 | cdma@fiesp.com.br | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link: www.fiesp.com.br/cadastro